

AS MODIFICAÇÕES NA BASE MATERIAL E O TRABALHADOR

José Décio COTRIM JÚNIOR*

- RESUMO: As modificações introduzidas na produção material de uma sociedade estão vinculadas aos seus valores e idéias. A crise pela qual o capitalismo passa desde meados da década de setenta necessitou de modificações na gestão empresarial e exigiu alterações tanto no comportamento quanto nas habilidades do trabalhador. O ideário neoliberal viabilizou o novo quadro de exploração do trabalho pelo capital.
- PALAVRAS-CHAVE: ideologia, *welfare state*, neoliberalismo, gestão empresarial, trabalho.

Introdução

A forma como se organiza a produção material de uma sociedade está relacionada com as idéias e valores existentes nela. Desde os primórdios da humanidade o homem introduz modificações na produção e isso acarreta transformações não só econômicas como políticas e sociais. Com a introdução de modificações na base material nasce a necessidade de novas idéias e valores para justificá-las. A ideologia de cada período da história da humanidade tem como finalidade legalizar e respaldar a forma da produção material.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração, orientando do Prof. Dr. Jorge Luis C. González e Professor Assistente da Universidade Camilo Castelo Branco, campus 7 (sete), Fernandópolis - SP.

A estrutura política, econômica e social é construída a partir da base material da sociedade sendo que uma das expressões da organização social, em suas instituições jurídicas e políticas, é o Estado. Ao analisarmos a participação do Estado na economia ao longo deste século podemos ver o diferente posicionamento econômico-político-ideológico, notamos diferenças substanciais em seu papel, sobretudo no período pós grande depressão até 1973 e pós 73 até nossos dias.

A grande depressão foi, no nosso entendimento, um ponto de inflexão em relação a política econômica e ideológica no capitalismo isso também aconteceu em relação a crise de 73. As transformações na forma de se produzir se expressaram em novo posicionamento econômico e político do Estado. O relacionamento entre Estado e gestão empresarial foi adaptado as necessidades da acumulação e expansão do capital. No período denominado de *welfare state* o Estado passa a utilizar em larga escala os fundos públicos para a acumulação, ao mesmo tempo interfere maciçamente na regulação entre o capital e o trabalho disciplinando de acordo com as necessidades da gestão empresarial. A produção em massa necessitava de um trabalhador mecanicista e repetitivo em que suas energias fossem utilizadas para obedecer ordens e cumprir as metas e horários estabelecidos pela gestão empresarial. A participação do Estado para arbitrar o relacionamento capital-trabalho era primordial para a acumulação e crescimento da economia, além disso, os fundos necessários à acumulação bem como o desenvolvimento dos setores básicos da economia eram funções que cabiam ao Estado. Nesse momento as economias nacionais detinham uma relativa autonomia no que se referem aos seus graus de liberdade para implementarem suas políticas econômicas e financeiras, bem como arbitrarem em relação a suas exportações e importações (no que se referem, sobretudo a suas alíquotas de importação e exportação). Esse período econômico-histórico tem na expressão fordismo keynesianismo a caracterização de ser um momento em que a participação do Estado na economia é fundamental para o crescimento e consolidação do

capitalismo onde as técnicas de produção são adaptadas a base material do sistema econômico vigente.

O crescimento do mercado financeiro, que será característico da expansão e crescimento do capital-dinheiro a partir da década de sessenta irá modificar o processo de acumulação capitalista. A crise pela qual o capitalismo começa a atravessar em meados da década de setenta é reflexo do agravamento e contradições que a ele são inerentes. Diante de um quadro de crise acentuada do capital na década de setenta o Estado será culpado pelos problemas existentes. Através de uma intensa propaganda econômica-ideológica fez-se a caracterização de um capitalismo deficiente em virtude de um possível gigantismo do Estado na economia. Ressurgem a partir desse momento os liberais como Hayek e Friedman que vão apregoar as idéias de Smith como fonte de inspiração para um novo posicionamento do Estado na economia. Relembrando os ideais de liberdade e competição de Smith esses autores passam a colaborar na divulgação desse ideário neoliberal como fonte de solução dos problemas estruturais do capitalismo. A diminuição da participação do Estado na economia estava vinculada a uma propaganda ideológica de divulgação das idéias neoliberais pelo mundo. As soluções seriam a restrição orçamentaria rígida, o gasto no corte do Estado e a diminuição de seus déficits. A desregulamentação do Estado e a privatização das empresas estatais dariam maior dinamismo à economia elevando a produtividade das empresas e aumento o progresso social. Destroem-se as bases do contrato social que até então existia entre o capital, o Estado e o trabalho. As necessidades de acumulação do capital financeiro ao imporem uma baixa nas barreiras comerciais e financeiras (invocando o binômio liberdade-eficiência) aumentam a concorrência, o que força as empresas a se adaptarem às novas condições.

Ao abordarmos neste artigo a crise que arrasta o capitalismo, consideramos o neoliberalismo como a expressão que caracteriza uma orientação política voltada para a ênfase do mercado em contraposição ao Estado, uma vez que não há consenso na literatura sobre o seu significado. No entanto, apesar de não existir esse consenso, a maior parte dos autores por nós analisados entende o

neoliberalismo como uma forma econômica-ideológica onde o mercado assume importância fundamental, em detrimento do Estado. Essa nova fase do capitalismo, segundo François CHESNAIS (1998, p.12), em *A mundialização financeira*,

designa as estreitas relações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados.

Tendo as empresa um mercado onde a competição torna-se acirrada as adaptações da gestão empresarial se farão baseadas num novo paradigma organizacional onde mudam-se as relações entre Estado, capital e trabalho. O aumento vertiginoso da concorrência obriga as empresa a competirem num mercado cada vez mais mundializado se adaptando ao novo capitalismo neoliberal onde a gestão empresarial e nisso também as empresas brasileiras passam a se adequarem.

Até a década de 70 as economias nacionais eram fechadas, mas a abertura dessas na década de 80 proporcionou novas condições de exploração e de acumulação do capital. Segundo TAVARES & MELIN, (1998, p.55-56)

As crises que instabilizaram a economia mundial na década de 70 (...) modificaram, profundamente, o funcionamento e a hierarquia das relações internacional a partir do começo da década de 80 (...). Do ponto de vista geopolítico, a partir da derrota da ex-URSS e do desmonte da velha 'ordem bipolar', criou-se uma situação de instabilidade estrutural em que a tendência a uma hierarquização do poder político internacional centralizada na potência hegemônica (...) limita decisivamente a eficácia dos Estados Nacionais como agentes de poder soberano, comprometendo, inclusive sua capacidade de regulação econômica e proteção social.

Na esfera financeira isso ocorreu através da circulação liberalizada de capitais abrindo os sistemas financeiros nacionais. A nova forma de circulação liberalizada do capital tem como expressão ideológica o neoliberalismo na medida em que este prega a liberdade de mercado como sinônimo de eficiência e prosperidade. Os países do mundo deveriam, segundo essa

doutrina, liberalizar suas economias, pois através disso teriam condições de melhorarem suas taxas de crescimento, aumentarem os índices de produtividade (dado o aumento da concorrência) e tornariam suas economias mais prósperas.

No nosso entender, a mundialização do capital acarretou modificações econômicas e políticas nos países subdesenvolvidos entre eles no Brasil, sobretudo a partir da década de 80 e com maior intensidade ainda na década de 90. Na esfera política a ideologia neoliberal, ao caracterizar o Estado como sinônimo de ineficiência, apregoava um Estado mínimo como forma de solução para a crise econômica e financeira. A desregulamentação do Estado traria uma eficiência maior nas empresas, o que concorreria favoravelmente ao progresso econômico. A diminuição das alíquotas de importações, que era uma premissa do "livre comércio", aumentaria a competição nos mercados nacionais o que levariam as empresas a melhorarem sua produtividade.

A mundialização ao imprimir a concorrência entre os capitalistas de maneira crescente irá criar um ambiente onde as modificações tanto nas legislações que operam no âmbito capital-trabalho quanto na área da produção são reflexos desse novo mundo capitalista que supõe uma exclusão social crescente e para isso também a existência de um novo paradigma organizacional que por sua vez evoca uma suposta racionalidade, sendo viabilizado no plano das idéias como neoliberalismo econômico.

A ideologia irá reforçar as condições necessárias de reprodução do capital invocando o ideário neoliberal como fonte de eficiência, dinamismo e modernidade. A introdução de novas técnicas produtivas serão necessárias para poder competir num capitalismo agora mundializado e financeirizado. A gestão empresarial passa a ser alterada condicionada pelas mudanças econômicas e políticas que ocorrem no mundo.

Partimos da hipótese que esse capitalismo mundializado e financeirizado obriga a formação de um novo trabalhador com características distintas do trabalhador do *welfare state*. Dentro dessa características temos a necessidade de um novo trabalhador onde seu engajamento na produção e soluções dos problemas das

empresas é fundamental. Se na produção fordista o empregado era mecanicista, no novo capitalismo financeirizado, mundializado e hierarquizado o trabalhador precisa ser polivalente, saber interagir com os seus companheiros de trabalho, trabalhar em equipe e apresentar soluções para as empresas e nesse sentido tornar-se mais produtivo. A gestão empresarial será modificada em função da nova organização do capitalismo mundializado. As idéias neoliberais é que viabilizam sob o ponto de vista econômico e ideológico essa nova configuração do capitalismo.

O objetivo de nosso artigo é a verificação, através de pesquisa bibliográfica, das modificações na gestão empresarial que foram introduzidas a partir do quadro de liberalização da economia e a existência de um novo trabalhador adequado às novas condições de exploração do trabalho pelo capital. Pretende-se, dada importância e atualidade do tema, tentar contribuir para o esclarecimento da sociedade em relação às políticas neoliberais implementadas no país. Conforme afirma Celso Frederico,

O momento não poderia ser mais conveniente, já que a cooptação, o fatalismo resignado e o deslumbramento parecem ser a tônica dominante, e o capital, barbarizando em escala planetária, parece ter triunfado definitivamente sobre os escombros do muro de Berlim e sepultado para sempre os sonhos emancipatórios gestados no século passado. (Teixeira, 1998b, p.7)

Como esse texto trabalha conceitos econômicos políticos e ideológicos começaremos nosso escrito com a caracterização de ideologia. A transformação do capitalismo do *welfare state* para o Estado mínimo, tem como base de sustentação ideológica o liberalismo, em sua vertente adaptada ao século XX conhecida como neoliberalismo.

O crescimento do capital financeiro e a crise de 73 vão estimular o desenvolvimento de uma nova configuração do capitalismo, onde o capital ganha liberdade para se movimentar, multiplicam-se nesse momento os fundos de aplicações financeiras e as suas possíveis opções. O desenvolvimento desse capitalismo mundializado e financeirizado necessita de argumentações e idéias

que serão desenvolvidas no plano ideológico pelas idéias neoliberais.

Ideologia

As práticas produzidas e/ou reproduzidas na perspectiva de conservação e/ou transformação da vida social expressam a formação de representações ideológicas que mantêm o traço fundamental da ideologia, isto é, a inversão das relações sociais tomando os efeitos como causas.

A maneira como se organiza a produção material em cada formação, em cada período histórico, gera uma série de valores adaptados às necessidades da produção. Isso implica em que sociedades diferentes necessariamente terão valores e comportamento diferentes.

Cada indivíduo produz, reproduz e internaliza, a partir de sua realidade material, concepções a respeito do meio em que vive e do seu papel no conjunto das relações sociais. As idéias não surgem ao acaso na mente humana, mas são produzidas a partir da percepção da realidade concreta, tal como vivida pelos membros da sociedade. Ocorre que as pessoas não vivem da mesma forma. Embora se encontrem perante uma mesma realidade, inserem-se nela de maneiras diferentes, advindo daí diversas e distintas formas de pensar.

São os homens que irão decidir seus destinos, suas crenças e suas formas de organizações sociais dentro das limitações que são impostas pela base material, a qual constitui o "ponto de partida" para possíveis transformações. De acordo com Marx & Engels, (1998, p. 48)

Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espíritual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe

dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob forma das idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação.

Na medida em que se transforma a forma da produção novas realidades se concretizam. As modificações não existem apenas na produção, as idéias e argumentações dessa sociedade são modificadas e adaptadas ao longo do tempo.

Fordismo e Keynesianismo

Concordamos com a opinião generalizada¹ de que o fordismo representou uma mudança significativa na forma da sociedade organizar sua produção material, a gestão empresarial fordista foi um marco na área da gestão empresarial. Essa modificações que foram implementadas por Ford colocaram as indústrias num patamar muito mais alto de acumulação. Na verdade, em muitos aspectos o que Ford fez, foi por em prática uma série de idéias e formas de gestão que já a algum tempo estavam se estabelecendo. A onda de fusões que ocorreu no final do século passado, já produzira uma série de corporações, que se estenderam tanto ao setor petrolífero quanto as estradas de ferro. De acordo com David Harvey,

Ford fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade. A divisão do trabalho, aspecto de importância na produção fordista tem nas suas origens Smith. (1999, p.121)

O padrão fordista de produção não se limitou apenas a área de gestão, mais do que isso, foi uma maneira diferente de produzir novos conceitos econômicos políticos e sociais. Ford, a rigor, começou a implantar sua produção no princípio deste século, mas

¹ Ver as análises de Harvey (1999), Aktouf (1999), Chiavenato (1999), Ferreira (1998) e Cotrim Jr. (1997).

foi só após a Segunda Guerra que sua forma de acumular tornou-se modelo de produção em todo o ocidente.

Mais do que uma forma de produzir, o padrão de acumulação fordista modificou a sociedade em aspectos econômicos políticos e sociais. O empregado exigido por Ford necessitava de uma série de pré-requisitos e formas de comportamento e consumo novos para a época, o trabalho tornou-se rotina, com longas horas de duração, com ritmo frenético de trabalho, a nova forma de organização do processo produtivo, e a pequena exigência da habilidades manuais (o que até então era tradicional e necessário à produção) vão exigir um novo perfil do homem trabalhador, já que estas características são fundamentais para a aceitação e desenvolvimento do fordismo.

A produção fordista supunha uma larga escala de produção, o ambiente organizacional que se deriva daí possui como características uma mão de obra especializada por funções produtivas. O operário fordista é um operário que sabe exercer uma função específica. O ritmo da produção exige um operário que tenha condições de exercer a mesma tarefa durante todo o dia, meses e anos. O estoque de matérias primas normalmente é muito alto para poder atender a procura. Isso implica em formação de altos estoques de matérias primas bem como de produtos em processos, o que por sua vez levava a contratação de inúmeras pessoas para se controlar, organizar e supervisionar estes estoques. As decisões não só de compra como de produção partem de "cima para baixo", aos empregados basta cumprir as ordens de seu imediato superior. Nessa forma de gestão. A gestão empresarial adaptada ao forte ritmo de crescimento da economia realiza sua produção com facilidade. Isso acarretava um relacionamento entre os fornecedores de matérias primas e a empresa pouco compromisso, a preocupação que existe é em relação ao preço que se irá adquirir a matéria prima, os relacionamentos entre os próprios capitalistas é visto no curto prazo. A administração contemporânea, com suas novas formas administrativas, a exemplo de empresas que implantam a qualidade total, propõe uma forma diferente de gestão na produção, como se observará posteriormente.

Sobretudo as empresas de grande porte introduziram modificações na gestão que acarretaram melhorias nos seus produtos, pois existem a necessidade de maior compromisso em relação a produção e qualidade dos produtos, ao afirmar isso, não deixamos de entender que o objetivo da produção capitalista é a acumulação, no entanto o que queremos frisar é que houve modificações na área da gestão tanto na administração da produção como nas exigências existente da contratação da mão de obra.

A postura da administração e seus gerentes, na produção fordista, é de que toda atividade deve ser controlada, verificada e poderíamos até dizer policiada. O chefe detém o poder de fiscalizar controlar exigir e comandar os destinos da produção, pois a capacidade de comando a ele é designada pelo capital. Aos comandados cabe seguir as ordens sem questionar, a eles a única tarefa que lhes cabe é obedecer e "produzir". Para MORGAN (1998), os pensadores da teoria clássica entendem a administração como um processo de planejamento, organização, direção, coordenação e controle. Morgan elabora um quadro mostrando o que segundo ele seriam os princípios da teoria clássica da administração. Destacaremos alguns desses princípios que refletem a forma da produção e a maneira como o empregado se relaciona com os meios de produção no fordismo.

De acordo com Morgan (1998, p.27), teríamos:

A) Unidade de comando: Um empregado só deve receber ordens de um único superior. Por ser um sistema organizacional rígido e centralizado, a produção fordista é realizada de forma a tentar controlar a produção e mão de obra com organização que possa ficar sob controle do empresário através de seus delegados.

B) Hierarquia: A autoridade do superior sobre o subordinado caminha do topo para a base da organização; essa cadeia que é resultante do princípio da unidade de comando deve ser usada como canal de comunicação e de tomada de decisão.

O controle da produção e da decisão reflete a centralização do poder existente nessas empresas, ao empregado cabe "produzir". A autonomia que o trabalhador tem é quase nula, ele faz e repete, faz

e repete quantas vezes for preciso o que lhe foi determinado, da maneira que foi determinado.

C) Amplitude de controle: O número de pessoas que se reportam a um superior não deve ser tão grande a ponto de criar problemas de comunicação e coordenação.

D) Divisão do trabalho: A administração deve buscar atingir um grau de especialização de forma a permitir que se chegue aos objetivos da organização de maneira eficiente.

E) Disciplina: Obediência, empenho, energia, comportamento e atitudes de respeito devem ser adaptadas aos regulamentos e hábitos da organização.

F) Estabilidade e manutenção do pessoal: Para facilitar o desenvolvimento das habilidades.

Com a produção mecanicista, quanto mais tempo ele permanecesse na sua função, mais produtivo seria para a empresa. A legislação trabalhista bem como as garantias do emprego, iram refletir as necessidades da acumulação.

Sendo a produção organizada dessa forma, dá para se imaginar que o trabalho não era definitivamente uma atividade prazerosa. A produção em alta escala exigia um ritmo da produção que necessariamente impunha grande desgaste físico e emocional nos trabalhadores. A tensão era constante e mantida intencionalmente, através das diferentes "chefias" que cuidavam de guardar os interesses do senhor, de forma a propiciar o maior retorno possível ao capital. Os indivíduos submetidos a esse tipo de "trabalho" decididamente não poderiam sentir-se membros de uma "família".

Novas necessidades e valores precisaram ser desenvolvidos e a expressão concreta disso foi o padrão de acumulação desenvolvido pelo capitalismo que se consolidava com o fordismo. Como forma de produzir, o padrão de acumulação fordista tinha em comum com formas anteriores de produção, uma relação direta com a forma da sociedade se organizar, o que passou a existir de novo foi a inclusão dos valores da produção no âmbito da sexualidade, da família e também do padrão de consumo que tinha necessariamente de ser interminável. A produção em alta escala supunha um

consumo também alto que existisse na mesma proporção, para isso novas necessidades deveriam ser desenvolvidas nas famílias de forma a gerar demanda necessária a realização do capital. Os indivíduos começam a intensificar o processo de realização individual através do consumo de bens e serviços. A alegria, a realização passa a ser objeto de valores monetários, sem os quais os indivíduos, dentro desse modelo, não se realizam.

A produção em larga escala exigia um mercado cada vez maior e mais amplo. A produção da indústria precisava alcançar novos consumidores. Para isso era preciso, em alguma medida, o repasse de parte dos ganhos de produtividade pelas corporações aos empregados, aumentando e ampliando dessa forma o mercado consumidor. Exemplo disso é a indústria automobilística, restrita antes ao consumo de elite.

O fordismo tomou grande impulso pós Segunda Guerra e tornou-se a base da acumulação mundial do ocidente sobretudo nos anos 50 e 60. Os países desenvolvidos tornaram-se nesse período sinônimos de sucesso e prosperidade nessas décadas.

O grande centralizador desse crescimento forte nessas décadas foram os EUA, esse país conseguiu finalmente impor ao mundo um controle que nunca havia existido ao longo de toda a história da humanidade. Esse controle se dava tanto na esfera econômica como política. O acordo de Bretton Woods simboliza a hegemonia econômica e financeira dos EUA sobre os demais países do mundo. Ele foi fundamental para um maior domínio dos EUA perante outros países sobretudo em virtude da criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) que, além de propiciarem maior controle sobre os ciclos econômicos, ajudou os EUA a abrir mercados pelo mundo através de investimento diretos e crescimento do capital financeiro, facilitando a entrada, sobretudo nos países subdesenvolvido de suas corporações.

O Estado, por sua vez, passa a ser responsável cada vez mais, por uma série de condições que facilitam a acumulação e reprodução do capital através de políticas fiscais e monetárias que tem por finalidade propiciar condições de estabilidade ao

capitalismo. Nesse período podemos observar setores fundamentais da economia, a exemplo de transporte, energia e telecomunicações que foram dominados amplamente pelo Estado como forma de complementar o padrão de acumulação fordista keynesiano. A iniciativa privada pode crescer nesse período em virtude desses fortes investimento feitos pelo Estado. Setores como a energia elétrica, exemplo no Brasil, exigiram grande quantidade de impostos e sacrifícios da população para poder gerar benefícios diretos e indiretos para o setor capitalista.

Dentro desses novos papéis desenvolvidos pelo Estado também cabia a ele as legislações trabalhistas que atendessem os interesses do capital. Em boa parte dos países desenvolvidos foram criadas legislações que atendiam um duplo interesse, desmobilizar possíveis movimentos que poderiam questionar o modo de produção e também colocar os sindicatos como coniventes com a nova forma de gerir a produção, através da participação destes no aumentos de produtividade. Existe muita controvérsia a respeito de como os sindicatos atuaram pós Segunda Guerra Mundial. Isso variou muito de acordo com as condições do país e mesmo da região, dentro de um mesmo país. Pode - se notar isso também no caso do Brasil, quando os sindicatos do ABC conseguiram uma mobilização muito maior do que outras regiões o que resultou em uma série de condições de trabalho e renda, muito melhores que outras regiões do país. Apesar de existir controvérsia sobre a atuação dos sindicatos no período pós guerra, e o conseqüente aumento que existiu da renda dessa classe, certamente esse aumento de renda não foi por acaso. Os sindicatos conseguiram impor, mesmo que a contra gosto da classe capitalista ganhos reais de produtividade. No regime de produção capitalista o aumento da produtividade não é repassado de forma "espontânea".

O movimento do capital nessa época baseou-se sobre o crescimento vertiginoso das grandes corporações que garantiriam aumentos de produtividade e, repassando pequena parte deste crescimento aos trabalhadores, representados pelos acordos coletivos via sindicatos, ao mesmo tempo mantinham assim uma

base forte e estável de crescimento da economia, em muitos países essas promessas do fordismo na verdade nunca se realizariam.

As decisões da investimentos das grandes corporações foram sendo compartilhadas pelos Estados. No processo do investimento e da acumulação o Estado, além de ser chamado a preparar o terreno para a iniciativa privada, a exemplo de investimentos em setores estratégicos, também passa a ter outros papéis como a intervenção na economia para controlar e diminuir as flutuações através de políticas fiscais e monetárias. Segundo David Harvey, (1998, p.129)

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação de políticas fiscais e monetárias no período do pós - guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. As formas de intervencionismo estatal variava muito entre os países capitalistas avançados.

Apesar das diferenças existentes entre as formas de intervenção, havia uma característica em comum: o Estado propiciava condições de acumulação favoráveis ao setor privado, interferindo no âmbito da produção e também da circulação.

Na verdade, muito mais do que uma forma de se produzir, o fordismo subtendia uma nova forma de vida como novos padrões de consumo e comportamento, a excessiva necessidade de consumo impôs ao homem o acirramento do que Marx também criticara no passado da falta de realização do homem numa sociedade capitalista. Segundo Marx,

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior

número de bens produz.(...) O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, justamente na mesma proporção com que produz bens. Semelhante facto implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como ser *estranho*, como um *poder independente do produtor*. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em uma coisa física, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objecto*, a apropriação como *alienação* (...) o trabalho transforma-se em objeto, que ele só consegue adquirir com o máximo de esforço (...) Todas as conseqüências derivam-se do facto de que o trabalhador se relaciona ao *produto do seu trabalho* como a um objeto *estranho* (...) tanto mais poderoso se torna o mundo dos objectos, que ele cria perante si, tanto mais pobre fica sua vida interior. (1989, p.159)

O consumo passa a ser uma maneira de realização do ser humano. A realização do ser humano, mais do que nunca, passa a ocorrer "de fora para dentro". O consumo de massa impõe a sociedade uma forma de consumo muito acima de suas necessidades, e, muitas vezes, aquém de sua capacidade. O homem passa cada vez mais a se sentir não realizado, a propaganda o próprio *marketing* vão surgir como expressão desse novo modo de produção.

A realização pessoal passa muitas vezes a ser relacionada com o automóvel que se tem, com a casa em que se mora, com as roupas que se vestem. Nota-se isso ao longo das gerações e mesmo a intensificação disso ao longo destas. O consumo compulsivo torna-se uma nova necessidade. A indústria carente de mercados produz para um mercado que foi do centro para a periferia do mundo capitalista, se esgotando. O investimento do centro necessitava de novos mercados consumidores, o fordismo foi responsável pela penetração dessa nova mentalidade e maneira de viver nos países subdesenvolvidos. Junta-se a isso as promessas do fordismo para essas gerações dos países subdesenvolvidos, promessa de melhoria das condições de vida como garantia que em países pobres como o Brasil nunca chegaram-se a realizar.

O crescimento do capital financeiro especialmente nos EUA implicava necessariamente, como a história mostrou, a abertura desse novos mercados as grandes corporações do mundo a economia mundial precisaria estar aberta a esses novos investimentos.

Além de abarcar investimentos diretos, os novos investimentos vão buscar e desenvolver novas áreas. O turismo, novos mercados de seguros e produção de matérias primas para a indústria dos países desenvolvidos.

Nem tudo era só contentamento, os sindicatos e também o Estado sofriam muitas pressões. David Harvey ilustra esta passagem histórica ao comentar:

O Estado agüentava a carga de um crescente descontentamento, que às vezes culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar - se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso. Os fracassos qualitativos nesse campo eram motivos de inúmeras críticas, mas no final, é provável que os dilemas mais sérios fossem provocados pelo fracasso quantitativo. A condição do fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado Keynesiano do bem estar poderia ser fiscalmente viável. (1998, p.133)

O modelo fordista sofreu derrotas ainda maiores no terceiro mundo. Com uma péssima distribuição da riqueza e portanto agravada desigualdade social, o fordismo não conseguiu melhorar as condições de boa parte da população. Ao invés disso introduziu padrões de consumo e hábitos de comportamento condizente, com a produção em massa. A indústria fonográfica é um dos exemplos que podemos destacar nesse mundo fordista. O padrão de vida e de valores da sociedade norte-americana foram exportados para o mundo todo. De acordo com Leslie Sklair, " a reformação do capitalismo é a americanização do capitalismo e a ideologia-cultura

do consumismo é a sua base lógica" (1995, p.155). Essa americanização é importante na medida em que colabora para a construção dos padrões de consumo em massa, que transmite valores culturais e econômicos que viabilizam o modelo adotado. A transmissão desse valores ao mesmo tempo que viabilizavam a acumulação capitalista entrelaçava a base ideológica e política desta sociedade. Nos diferentes países do mundo ocidental, percebe-se muitas vezes a imitação de consumo, sobretudo de classes mais altas, reproduzindo a sociedade norte americana. A música o cinema e os jornais locais entrarão em sintonia com o crescimento americano. No entanto só uma pequena minoria, pelo menos nos países capitalistas pobres pode usufruir e acompanhar essa nova sociedade denominada "moderna".

A produção em massa utiliza a produção em lotes grandes. A razão disso está na grande absorção do mercado. Isso pode ser largamente explicado em virtude do mercado extremamente promissor para os países capitalistas avançados no pós guerra. A carência de produtos industrializados no mundo era muito grande, sobretudo nos países da periferia.

Como o capitalismo passava por uma fase de prosperidade econômica, a realização dos lucros era quase certa, devido a grande demanda, os capitalistas obtinham grande margem de lucros sem precisarem se preocuparem com a qualidade e com os preços de suas mercadorias. A produção em massa recebeu severas críticas devido a essa prática do modelo fordista, o consumo em massa pressupunha uma não personalização dos produtos e serviços, o que por sua vez diminuía o nível de satisfação bem como a qualidade do produto produzido.

Em relação aos países subdesenvolvidos, a maior parte da população não teve os benefícios prometidos pela produção em massa. O fordismo foi incapaz, até porque não era seu objetivo, de fornecer melhores condições de vida para o grosso da população.

Detalharemos no próximo segmento as condições que levaram ao declínio do modelo fordista keynesiano, as dificuldades econômicas vividas pelo capitalismo na década de 70, tendo se expressadas na crise do petróleo, irão repercutir tanto na forma

como as empresas se organizam, quer seja em relação a inovações tecnológicas, como em novo relacionamento entre o capital e o trabalho mediados por um Estado que se fragiliza.

Primeiras manifestações da crise

O modelo fordista - keynesiano representou anos de glória para o capitalismo, pelo menos para boa parte das populações dos países capitalistas desenvolvidos, nos anos pós Segunda Guerra e décadas de 50 e 60.

No entanto existe consenso entre boa parte dos pesquisadores que esse modelo² começou a ruir em 1973. Para alguns já existiam os primeiros sintomas não em 73 e sim já em meados da década de 60.

Independente dessa controvérsia, é certo que esse modelo de produção atingiu seu esgotamento e precisou ser substituído por nova forma de produção e novo discurso ideológico.

Como já abordado por nós, o modelo fordista pressupunha produção em larga escala dada a demanda existente que era extremamente forte. Os mercados eram carentes de produção de bens e serviços isso explicava a atitude das corporações em relação aos seus mercados no que se referem à qualidade e também a seu preços.

No entanto o capitalismo começa a apresentar sinais de crise já na década de sessenta e sobretudo setenta, isso foi bastante claro nos países desenvolvidos onde a oferta começou a superar a demanda. A competição internacional se intensificou e isso alterou a reprodução do capital e também o discurso econômico da burguesia, adaptando suas empresas as novas regras do jogo. Alguns autores que defendem o início da saturação do fordismo e keynesiano em meados da década de 60 fazem isso porque segundo eles a demanda nos EUA já caíra desde essa época. No caso dos

² Entre eles, podemos citar: Francisco de OLIVEIRA (1992), Elaine BEHRING (1998), François CHESNAIS (1996), Francisco J.S. TEIXEIRA (1998) e Ernest MANDEL (1990).

EUA teriam superado isso em virtude da guerra do Vietnã, a qual deu novo impulso de crescimento a economia norte americana.

A disseminação da industrialização no mundo aumentou vertiginosamente a competição entre os países desenvolvidos. Um dos países que adquirira grande competitividade foi o Japão. Isso impôs novas condições de concorrência também para a indústria até então hegemônica dos EUA.

Esse novo cenário mundial vai modificar profundamente a relação existente tanto entre capital e trabalho. A demanda cada vez mais fraca e exigente passou a influenciar os empresários na área da gestão. A necessidade de um novo *mix* nas empresas tornam os produtos cada vez mais personalizados, exigindo uma produção mais flexível, o que supõe por sua vez, um trabalhador polivalente. Por outro lado, o Estado tendo assumido compromissos com investimentos básicos e financiamento ao próprio capital, tem sérias dificuldades econômicas e financeiras. De acordo com David Harvey, (1998, p. 135)

De modo geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no setor chamado 'monopolista')

A competição acirrada foi um agravante as crises que começaram a existir desde meados da década de 60. As grandes corporações passaram a ter dificuldade de realizarem seus lucros. Esse movimento implicou em corte drástico na produção e na modificações das técnicas produtivas. Um dos países que mais se destacaram nesse período foi o Japão. As técnicas de produção japonesas a começar pela produção toyotista era extremamente competitiva naquela circunstância. O Japão passou a ocupar maiores espaços no cenário mundial devido ao crescimento e

acumulação vertiginosa de suas empresas e bancos. Como afirma David Harvey, (1998, p.140)

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da 'estagnação' (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e de 80 forma um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político.

A saturação do fordismo e do keynesianismo vão trazer novas necessidades na área da produção e novas formas de intervenção do Estado na economia o que por sua vez terá implicações na área da gestão. O novo posicionamento do Estado na economia que vai aos poucos perdendo seu potencial de arbitragem gera uma concorrência cada vez intensa, o que irá refletir no aumento da exploração do capital pelo trabalho, quer seja por extração de mais-valia absoluta (década de 80) como de mais-valia relativa (década de 90).

O Brasil nos anos 90

As alterações ocorridas no capitalismo a partir de sua crise estrutural implicaram em transformações econômicas e políticas no mundo, inclusive no Brasil. Este item tem por finalidade discutir mudanças na gestão empresarial que foram, no nosso entendimento causadas pelas novas condições de reprodução do capital. A liberalização da economia e a mundialização do capital durante a década de 80 forçaram as empresas a implementarem mudanças significativas na gestão empresarial como resposta as novas condições competitivas. Uma das consequências das transformações ocorridas na economia é a desestruturação do mundo do trabalho, que ultrapassa as fronteiras nacionais e é no nosso entendimento resultado do complexo de transformações produtivas que promovem o desemprego estrutural e a precariedade das condições de trabalho assalariado.

O liberalismo imposto aos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos modificou as condições de concorrência entre as empresas. Um importante grupo de empresas passa a introduzir modificações significativas em suas estruturas produtivas em decorrência das transformações econômicas e políticas ocorridas na economia no final da década de 80 e início da de 90. Autores de diferentes posicionamentos ideológicos concordam com essa afirmação. De acordo com Pastore,

O setor industrial do mundo inteiro vem passando por enormes transformações no campo da tecnologia e dos modos de produzir. O Brasil não é exceção. A indústria brasileira vem modernizando e elevando, continuamente, os seus padrões de qualidade e produtividade. Nesse processo, a indústria é levada a substituir mão-de-obra por máquinas e a reduzir seus quadros. (1998, p.5)

As empresas passaram a ter uma concorrência muito mais acirrada nos seus respectivos mercados e isso ocasionaria mudanças intensas na gestão empresarial: "a partir do início da década de noventa assistimos a uma generalização das pressões para modernização das empresas".³

Além disso, a introdução de novas técnicas passa a ser disseminada na década de noventa: "o processo de reestruturação produtiva por que passa o Brasil nos dias atuais irrompe de maneira efetiva a partir do começo dos anos noventa"⁴ (Leite, 1994, p.563)

Sob o ponto de vista político, as transformações produtivas se acentuam a partir da vitória do candidato Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989. O "ajuste neoliberal" passa a ser sinônimo de uma abertura comercial acirrada (o que força a introdução de modificações tecnológicas), aliada ao processo de privatização da

³ Deddeca, C. S. & Montagner, P. Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho - considerações sobre o caso brasileiro. *Textos para Discussão* n. 29. Campinas: IE/Unicamp, 1992. (Apud TEIXEIRA, F. J. S., OLIVEIRA, M. A. O., *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*; as novas determinações do mundo do trabalho, p.130)

⁴ Leite, M. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: Oliveira, C. A. et al. (orgs), *O mundo do trabalho*. Campinas, Cesit/Unicamp/Seritta, 1994. p.563. (Apud TEIXEIRA, F. J. S., OLIVEIRA, M. A. O., *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*; as novas determinações do mundo do trabalho, p.131).

economia, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público e reestruturação das políticas de cunho social. Essas transformações tenderam a impor novos padrões de concorrência capitalista e a acentuar o processo de transformações produtivas nas empresas pois passaram a estar expostas a uma concorrência internacional crescente. De acordo com Teixeira (1998, p.133)

O novo cenário de abertura comercial, da nova inserção internacional do Brasil, com o incremento da concorrência, contribuiu para uma integração virtual do país à onda de transformações produtivas do capitalismo mundial. Além disso, os "choques recessivos", intrínsecos às políticas de "ajuste neoliberal", tenderam a levar as empresas - privadas ou públicas- a promoverem profundas reestruturações produtivas, não apenas de caráter *defensivo*, visando a enfrentar a recessão, mas também de caráter ofensivo, voltadas para o novo cenário de concorrência acirrada.

A indústria passa, então, a investir de forma a tornar o capital mais produtivo através da extração de mais-valia relativa.

As transformações produtivas

O processo de concorrência acirrada tornou comum a implantação de programas de qualidade total na indústria brasileira, a obtenção de certificados internacionais que garantissem a exportação de mercadorias foi bem representada pelos programas da série de ISO 9000. O foco central das normas ISO 9000 é a garantia da qualidade através da adoção de um sistema de gestão. De acordo com a ISO 9000, "Em 1987... foram aprovados as cinco normas da ISO da série 9000. A ISO 9000 é uma norma para a seleção das demais normas da série, incluindo também aspectos conceituais relativos a qualidade. A ISO 9001 inclui as atividades desde o projeto do produto até a assistência técnica. A ISO 9002 é aplicável nas situações em que o projeto não é elaborado pelo fornecedor e a 9003 quando o fornecedor tem que demonstrar sua capacidade de realização de inspeção e ensaios dos produtos acabados. A família de normas ISO 900 também inclui a ISO 9004 voltada para a gestão da qualidade em situações não contratuais

(onde não se objetiva a certificação) e a ISSO 8402 que trata da terminologia utilizada.... Para a certificação de produtos é necessário a realização de testes e ensaios nos produtos, o que exige laboratórios capacitados." (ISO 9000, 1996, p.9-10)

O PBQP- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade fez parte do conjunto de instrumentos da política industrial implementada no país a partir de 1990. Ele era um programa destinado a promover a qualidade e a produtividade no país pelo seu caráter mobilizador, influenciou, de forma associada à pressão competitiva derivada da inserção internacional, as estratégias empresariais de ajuste às novas condições da economia. No que se refere à América do Sul, a adoção das normas ISO 9000 ocorreu no Brasil de forma muito mais acelerada do que nos outros países.

Segundo a própria CNI, "O ritmo da adoção das normas ISO 9000 pela empresas brasileiras, é indicador da capacidade de adaptação e ajuste às novas condições vigentes no comércio internacional". O surgimento das certificações no Brasil coincide com o período de intensificação do processo de inserção internacional. A competitividade, que foi acentuada pelas políticas neoliberais, obrigou as empresas a recorrerem as novas regras do jogo do mercado internacional. As normas ISO 9000, por estabelecerem os requisitos mínimos que devem estar presentes nos sistemas de qualidade das empresas, podem então desempenhar importante papel estratégico para o aprimoramento da gestão empresarial.

O neoliberalismo, ao apregoar o mercado como mecanismo eficiente de regulação da economia, forçou os países subdesenvolvidos a se enquadrarem nas regras econômico-financeiras do capitalismo internacional.

O aumento das exigências de exportações, se por um lado expressa melhoria na qualidade dos produtos adquiridos pelos consumidores, por outro dificulta a entrada de produtos estrangeiros nos mercados dos países desenvolvidos, o que visto por outro ângulo representa proteção às empresas desses países. Segundo a

CNI⁵, os principais fatores que levaram as empresas brasileiras a buscarem certificados de sistemas de qualidade foram: Adequação a exigências do mercado, melhoria da imagem, adequação a padrões internacionais e modernização organizacional.

Destes itens mencionados na pesquisa, pode-se perceber a importância maior dos fatores que obrigaram as empresas a introduzir modificações na gestão. A maior exigência do mercado e a adequação ao padrão internacional são itens de destaque nessa pesquisa, pois a adequação dessas empresas está pautada na maior liberalização da economia nos anos 90. A ideologia neoliberal viabiliza as condições materiais da produção.

O Brasil, tendo adotado o modelo neoliberal a partir do governo Fernando Collor de Mello, ficou cada vez mais susceptível a exigência dos mercados internacional, isso se refere também as suas exportações. O GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade* - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e assim como a OMC (Organização Mundial do Comércio) garantem a partir dos interesses dos países desenvolvidos o cumprimento de tratados internacionais que tem como meta teórica⁶ para a melhoria das condições de vida de todos os países envolvidos com a conseqüente melhoria das condições de vida da população mundial.

Em 1995, o Brasil é o campeão latino-americano na corrida pelos certificados ISO 9000, com cerca de 500 empresas nacionais diplomadas nas normas internacionais de qualidade,

⁵ *Op. cit.*, p.22.

um regime global de desregulação do investimento direto estrangeiro, que remova as restrições existentes, assegure igualdade de tratamento ao investimento externo e doméstico. Sobre isso, Maria da Conceição Tavares comenta que "A iniciativa de estabelecimento de regras universais de tributação, remessa de lucros, administração de pessoal etc, é apresentada como resposta a objetivos comuns dos países industrializados e em desenvolvimento que beneficiaria a economia mundial e levaria a uma mais eficiente alocação e utilização dos recursos. Na prática, no entanto, o conteúdo das propostas reflete os interesses das economias mais avançadas e das grandes corporações: estende consideravelmente os direitos dos investidores, circunscreve significativamente a soberania econômica e política dos países em desenvolvimento e omite qualquer referência aos deveres e obrigações dos poderosos investidores externos" (Investimento direto externo: a quem interessa a liberalização global?, *Jornal de Brasília*, Brasília, 10.10.1996)

contra 22 venezuelanas, 17 argentinas e 5 chilenas⁷. Como pode ser observado, o Brasil apresentou alta taxa de crescimento no número de certificações; as explicações para isso, segundo a ISO 9000, são:

a) O novo ambiente competitivo veio acompanhado de um instrumento mobilizador/ catalizador (governo, entidades empresarias, consultorias) e estruturador (novo sistema brasileiro de certificação); b) Pressão competitiva. Um conjunto de eventos (liberalização comercial, maior concorrência, desafios da integração européia...) o que exigiu transformações radicais na gestão das empresas; c) PBQP. O novo ambiente competitivo veio acompanhado de um instrumento mobilizador/catalizador (governo, entidades empresarias, consultorias) e estruturador (novo sistema brasileiro de certificação) (1996, p. 28)

A interação entre Estado e as condições da reprodução do capital podem ser notadas também aqui. O BNDES, através do FINAME, financia a compra de máquinas e equipamentos, facilitando a adequação das empresas as novas regras do liberalizado mercado internacional. O Estado fornece condições econômicas e financeiras ao viabilizar o processo de certificação facilitando a reprodução do capital. Ao mesmo tempo estabelece-se desse modo a contradição entre um discurso ideológico de não intervenção do Estado na economia e a prática altamente intervencionista favorável ao processo de acumulação. A introdução de modificações na estrutura produtiva demonstra, no nosso entendimento a busca do capital por novas formas de extração da mais valia. A introdução de novas técnicas produtivas, como por exemplo a produção enxuta, liberam capital do processo produtivo e tornam a extração de mais-valia relativa mais eficiente quando comparada com a extração absoluta verificada por nós na década de oitenta. Tais alterações têm reflexos na produção do "chão de fábrica", segundo INDICADORES (1992, p.12), pois os próprios

indicadores de qualidade apresentam a maior melhora no conjunto de dados levantados. O prazo médio de entrega do produto principal vem se reduzindo desde 1994. Em 1997, eram necessários 17 dias, enquanto em 1994 o prazo médio levantado atingia 22 dias. Tais dados são

⁷ Conforme informação divulgada no artigo Indústria busca certificado para obter uma vantagem competitiva, 23.01.95, CD-Rom *Folha edição 99*.

fortemente dependentes da setor de atuação da empresa (...). O tempo médio gasto no processo produtivo vem caindo desde 1995, atingindo 12 dias, em média, em 1997.

As técnicas japonesas

As técnicas japonesas de gestão, desenvolvidas a partir da Segunda Guerra, são representativas no nosso entendimento da adaptação do capital as novas condições de econômicas e financeiras do capitalismo a partir da segunda metade da década de 70.

De modo geral pode-se admitir que as empresas brasileiras não foram adeptas de mudanças tecnológicas até cerca de meados da década de 80. O conceito de inovação estava mais ligada a simples troca de equipamentos sem alterações drásticas nas relações entre o trabalho e o capital. Elenice M. LEITE, (1998, p.162) ao comentar uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 1990, afirma que

Foram identificados dois grandes blocos de inovações nessas empresas:

- na gestão/ organização dos recursos de produção - incluindo pessoal, materiais, equipamentos, informação- mediante adoção das chamadas "tecnologias organizacionais", entre as quais se destacam, pela maior frequência: CEP (controle estatístico do processo), CCQ (controle de qualidade total), JIT (*just-in-time*), *kanban*, células de fabricação e tecnologia de grupo;

- na "tecnologia física", expressa na implantação de equipamentos/ sistemas de base microeletrônica: máquinas-ferramentas com comando numérico, microcomputadores e CAD/CAM (*computer aided design/ computer aided manufacturing*).

A apropriação da mais valia relativa, através da inovação tecnológica exige um novo modelo de relações tanto entre o capital e o trabalho quanto em um novo perfil do trabalhador. A tecnologia mais alta que foi introduzida passa a ter maiores exigências de qualificação do trabalho pois garantem maior extração de mais valia relativa. As empresas necessitam de um trabalhador que garanta melhor desempenho através de habilidades manuais e intelectuais superiores ao antigo modelo tradicional. As empresas

passam a cultivar e difundir novos conceitos e valores de um novo trabalhador que seja mais dinâmico, polivalente e procure encontrar soluções para os diferentes problemas encontrados no chão da fábrica. A formação de grupos de discussão estimula a participação dos trabalhadores para a extração da mais valia relativa. Novamente servimo-nos de Elenice Leite (1998, p.164) para reiterar tais considerações:

No plano da atitude pessoal, as empresas delineiam um "tipo ideal" do trabalhador: responsável, maduro, equilibrado, motivado, criativo, ágil de raciocínio, de fácil relacionamento, com iniciativa. Na prática, esse perfil se traduz na seleção de pessoal testado e aprovado na própria empresa conhecido e confiável.

O processo produtivo e a organização da produção num contexto de acirrada concorrência transformaram a sociedade e com isso o trabalhador para se adequarem a reestruturação capitalista. A qualidade, a flexibilidade são elementos fundamentais para a acumulação capitalista inovada.

A produção fordista, que se caracterizava por produção máquinas fixas e com programações seqüenciais, era voltada para um mercado de grande escala e produtos padronizados. O trabalhador adequado a esse tipo de produção precisava basicamente "adestrar-se" incorporando o ritmo do trabalho e os valores morais e comportamentais necessários à acumulação capitalista.

As novas condições de concorrência alteraram o processo de acumulação capitalista. Para fazer frente à nova concorrência os empresários recorreram as novas tecnologias (extremamente excludentes e concentradoras de renda e riqueza).

As novas tecnologias com base em microeletrônica, com alto grau de informatização, necessitam de um trabalhador com uma capacidade intelectual acima do exigido pelo padrão fordista. Não basta mais um "operário-padrão", é necessário que este trabalhador seja capaz de decidir e trabalhar em uma equipe onde possa interagir com seus componentes alcançando um maior nível de eficiência e gerando maiores lucros.

De acordo com Frigotto (1999, p.154)

o novo padrão tecnológico calcado em sistemas informáticos projeta o processo de produção com modelos de representação do real e não com o real. Estes modelos, quando operam, entre outros intervenientes, em face de uma matéria-prima que não é homogênea, podem apresentar problemas que comprometem todo o processo. A intervenção direta de um trabalhador com capacidade de análise torna-se crucial para a gestão da variabilidade e dos imprevistos produtivos.

O capital passa a se utilizar da capacidade intelectual dos trabalhadores. Nas fábricas toyotistas isso é claro nos CCQ e Kaizen. Utilizar o conhecimento do trabalhador para a extração de mais-valia passou a ser necessária condição diante da maior concorrência capitalista, um trabalhador que possa ser crítico tomando decisões rápidas e entendendo a produção como um processo e não uma parte, é ideal para a acumulação capitalista.

Novamente recuperamos Frigotto para traçar uma série de conhecimentos que necessita ter o trabalhador: a) domínio dos fundamentos científicos-intelectuais subjacentes às técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno, associado ao desempenho de um especialista em um ramo profissional específico; b) compreensão de um fenômeno em processo no que se refere tanto à lógica funcional das máquinas inteligentes como à organização produtiva como um todo; c) responsabilidade, lealdade, criatividade, sensualismo; d) disposição do trabalhador para colocar seu potencial cognitivo e comportamental a serviço da produtividade da empresa. (1999, p. 155-156)

Ao comentar uma determinada autora que aborda as características do "novo" trabalhador, Frigotto (1999, p. 156) observa que:

A autora destaca que o conceito de polivalência é de cunho mais operacional e mostra as exigências demandas do "novo" trabalhador: boa formação geral, atento, leal, responsável, com capacidade de perceber um fenômeno em processo, não dominando porém, os fundamentos científico-intelectuais subjacentes às diferentes técnicas produtivas modernas.

Mesmo em setores tradicionais de mobilização dos trabalhadores, as técnicas japonesas foram introduzidas. Um bom

exemplo disso é o setor bancário. Tanto o Banco do Brasil como a Caixa Econômica Federal passaram, a partir de 1993, a adotar programas de melhoria de qualidade e produtividade⁸. Como afirma Teixeira, (1998, p.140)

No caso dos bancos privados, observa-se, em alguns casos, como o Banco Nacional, hoje incorporado pelo Unibanco, a adoção do sistema de remuneração por resultado, além do investimento em treinamento. A automação bancária tende a criar uma estrutura enxuta no setor bancário, constituída por um núcleo estável de executivos financeiros, especializados imbuídos da filosofia empresarial, voltados para a captação no diversos nichos do mercado. Além disso, tende-se a cortar os níveis da hierarquia intermediária, tal como ocorreu nas indústrias, além de incrementar a automação. (Banco Nacional ganha com a estrutura enxuta. *Folha de São Paulo*, 24 out. 1993).

No modelo japonês de gestão, os sindicatos não são estimulados a participarem das negociações entre trabalhadores e patrões, os trabalhadores são levados a cooperarem com as empresas. Segundo essa forma de gestão tanto empresários quanto trabalhadores seriam parceiros do negócio. Não existiria o conflito entre trabalhadores e patrões. Dentro de uma conjuntura econômica de baixo crescimento econômico (início do anos noventa) e de flexibilização dos contratos de trabalho, com alto grau de desemprego pode-se antever que não foi difícil para as empresas a instalação do modelo japonês, pois a possibilidade de estar desempregado e não conseguir empregar-se força os trabalhadores a não reivindicarem aumentos ou melhoria de suas condições. A implantação do modelo japonês foi facilitada em virtude das condições estruturais da economia, minimizando e controlando as atividades sindicais no interior das fábricas.

As novas técnicas japonesas passam a ser utilizadas como exemplo de inovações organizacionais. Já no governo Collor a implantação do PBQP referem-se a modelos internacionais de organização da produção empresarial. A concessão de prêmios para

⁸ Um bom texto para se constatar isso é: Francisco J. S. TEIXEIRA, *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*.

as empresas que se adaptam às normas internacionais é um exemplo que pode ser citado das novas regras para a gestão.

A forma de colaboração entre sindicatos de empresas, estimulada no modelo japonês, além de modificarem as relações entre o capital e o trabalho adequam as novas exigências do capital ao trabalho na medida em que a extração de mais-valia relativa é facilitada. Os trabalhadores ao constatarem a introdução de novas técnicas que liberam mão de obra tornam-se mais susceptíveis à colaboração (forçada) com as empresas.

No entanto não se pode concluir que a introdução de novas técnicas ocorre de maneira indiscriminada por todos os setores da economia, pois é grande a heterogeneidade dentro da indústria brasileira. Na pesquisa Indicadores (1998, p.44), observa-se que:

Alguns setores são obrigatoriamente mais inovadores que os outros. Faz parte de sua estratégia competitiva o lançamento sistemático de novos produtos. Este é o caso, por exemplo, de material elétrico e de comunicação e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos(...) Na outra extremidade são encontrados setores pouco inovadores, como é o caso de madeira, cujo percentual não passa de 4%. Há portanto enorme variedade de comportamentos em termos de processo inovativo nos diferentes setores industriais.

Terceirização

Dentro do processo de transformações produtivas a terceirização⁹ também pode ser citada como exemplo de nova forma de exploração do trabalho pelo capital. O processo de terceirização ao delegar funções e tarefas para outras empresas busca diminuir custos de produção. Deixando, muitas vezes, de existir vínculos empregatícios diminui os custos de produção e torna

⁹ Para Francisco J. S. TEIXEIRA, em *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*, "A terceirização é um modo de descentralização produtiva, voltado para a desverticalização das empresas e de externalização das atividades, que expressam a crescente importância das relações entre as firmas, especialmente entre grandes e pequenas empresas, para a indústria brasileira. A busca de maior competitividade levaria à criação de redes de subcontratação e as novas formas de relacionamento entre as empresas, com características homogêneas." (p.143)

o capital mais produtivo. Uma das características da terceirização é a subcontratação de trabalhadores. Além disso, a diminuição do número de trabalhadores nas empresas é uma constante. Como ilustra o artigo de Elvira Lobato, "A estrutura de pessoal herdada da Telebrás já não atende ao novo perfil da Embratel", afirmou o presidente da companhia, Dílio Penedo, em entrevista à Folha.

O contrato de concessão que o governo assinou com a Embratel, quando ela ainda era estatal, obriga seu atual controlador -a norte-americana MCI- a só fazer corte de pessoal, durante os seis meses subsequentes à privatização, mediante programas de demissões incentivadas. A empresa está oferecendo indenização extra de dois salários para compensar o fim de benefícios como a cesta básica, mais um terço do salário por ano trabalhado. Além disso, garante assistência médica e odontológica por um ano. A Embratel nega que os empregados estejam sendo pressionados a aderir ao plano. No entanto, vários gerentes têm aconselhado os funcionários que fazem parte do público-alvo a aceitar as condições propostas. A partir de fevereiro, eles podem ser dispensados sem nenhuma vantagem, afirmou uma gerente, que pediu para não ser identificada. Penedo diz que não se trata simplesmente de uma política de corte de pessoal, pois outros setores serão expandidos. Estão sendo criadas 400 vagas para vendedores com formação universitária. A terceirização vai começar pelo serviço de atendimento telefônico. Os 400 telefonistas lotados no Rio e os cerca de 50 lotados em São Paulo perderão o vínculo empregatício com a Embratel. (Lobato, 1998).

Segundo Teixeira, (1998, p.143)

Muitos autores contratam dois tipos de terceirização no Brasil -um, considerado "autêntico", que integra uma estratégia relacional, com tecnologias gerenciais de qualidade, buscando a parceria em todo fluxo produtivo, instaurando um relacionamento tipo ganha-ganha, e outro denominado "espúrio", que integra uma estratégia de confronto, buscando reduzir custos, mantendo antagonismo com os empregados e o movimento sindical, instaurando um relacionamento do tipo ganha-perde.

O primeiro tipo (ganha-ganha) seria relacionado com um esforço articulado entre a grande e a pequena empresa no sentido de

qualificar fornecedores e aumentar a qualidade dos produtos o segundo tipo (ganha-perde) seria articulado a uma estratégia de redução de custos através da terceirização onde a empresa terceirizada normalmente emprega precarização das condições de emprego, comprometendo muitas vezes a qualidade do serviço prestado.

Exemplo de empresas que empregam o primeiro tipo são as empresas de autopeças no interior de São Paulo onde a associação entre a grande e pequena empresa é feita para qualificar fornecedores e aumentar a qualidade dos produtos. O segundo tipo de terceirização pode ser identificado com a indústria de calçados do Rio Grande do Sul e a indústria de confecções do Rio de Janeiro que mantém inovações em grandes empresas aliadas a precarização e instabilidade do emprego. O tipo que mais predomina, no entanto é o segundo tipo, explica-se essa predominância em função da desarticulação do movimento sindical e do aumento da taxa de desemprego.

Mesmo no setor automobilístico onde a terceirização pode, em alguns casos, ser considerada como ganha-ganha, os trabalhadores passam por diminuição de seus rendimentos e precarização de suas condições de trabalho. Conforme afirma Arthur Pereira Filho, "Ainda não somos uma empresa enxuta", explica Giovanni Razelli, superintendente da Fiat Automóveis. Em relação ao final de 97, quando a empresa tinha 23.500 funcionários diretos, a redução de postos de trabalho até o final de 98 será de 36%. Razelli faz questão de explicar que a maior parte dos cortes é resultado do processo de terceirização. (Pereira, 1998, p.2)

Mediante o quadro de liberação de mão-de-obra, as condições de exploração do trabalho pelo capital tornam-se cada vez mais predatórias. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, onde as condições de mobilização dos trabalhadores são incipientes, a terceirização produz condições precárias do trabalho, reduzindo os custos das empresas e aumentando a extração de mais-valia. Como observa (Queiroz, 1998, p.145)

Ao contrário do que diz a visão neoliberal, que exalta o renascimento dos pequenos negócios como a oportunidade dos indivíduos liberarem suas

energias criadoras, a terceirização recria formas arcaicas de exploração da força de trabalho. Com ela, o capital faz renascer, em plena era de automação, a mais-valia absoluta como uma das formas de se autovalorizar. A decantada modernização atual realiza-se, assim, recorrendo aos procedimentos mais insólitos, torpes e cruéis do início do capitalismo.

Flexibilização dos mercados de trabalho

As alterações no modelo fordista resultantes da crise do capital (1973) resultam da incapacidade do capitalismo apresentar soluções para sua própria sustentação. Diante desse impasse as empresas necessitam de uma profunda reestruturação econômica expressa pela introdução de inovações tanto no plano organizacional, as quais já abordamos, quanto na flexibilização dos processos dos produtos e dos padrões de consumo bem como dos mercados de trabalho.

Dado o quadro de acentuada concorrência na década de noventa existiram modificações nos recursos humanos para aumentar a taxa de exploração do trabalho. A diminuição do ritmo do emprego certamente favoreceu as concessões dos trabalhadores em relação a qualidade de seus empregos precarizando suas condições de vida.

A organização da produção tem no campo das relações entre capital e trabalho a expressão das condições econômicas e sociais, a década de 90 é para nós representativa disso quando as condições de competição entre as empresas aumentaram. Segundo a pesquisa Indicadores (1998, p. 50),

Refletindo as transformações no mercado de trabalho que vêm ocorrendo no país há vários anos, desde 1994 tem sido verificada na pesquisa forte tendência de queda do número de empregados por estabelecimento. Se em 1994 havia 399 por estabelecimento industrial, em 1997 esta média havia caído para 349 empregados.

A diminuição do número de empregados por empresa é sintomático, na nossa opinião, das novas técnicas produtivas. A introdução dessas novas técnicas que liberam trabalho aliada a baixa taxa de crescimento da procura por trabalho tem a tendência

de tornar precárias as condições do trabalho. No entanto isso pode ser objeto de posterior estudo.

Conclusão

As modificações que ocorrem na base material de uma sociedade tem vínculos com suas idéias e valores. A ideologia respalda as idéias para a aceitação da sociedade diante das modificações na produção. As idéias de Smith e Locke, ao delinear um mundo onde o individualismo e a liberdade da propriedade privada dos meios de produção dão sustentação ao ideário neoliberal. O *laissez-faire* neoliberal ao propor a diminuição da participação do Estado na economia resgata as idéias de Smith que foi no campo das doutrinas econômicas, o primeiro pensador a construir um corpo teórico de limitação da interferência estatal na economia. Locke ao apregoar a liberdade individual como sinônimo da propriedade privada constrói as bases políticas de sustentação do capitalismo como ideal de sociedade.

O sucesso das políticas keynesianas implementadas inicialmente nos EUA ocasionou a derrocada temporária dos ideais liberais. No *welfare state* o ideário liberal perdeu espaço, dadas as condições concretas que existiam, após 73 essa situação torna-se bem diferente. No *welfare state* a produção em larga escala e a alta demanda, originadas das políticas keynesianas, necessitavam de um trabalhador mecanicista e que não precisa "pensar", isso muda de maneira substancialmente após a crise de 73. O esgotamento do *welfare state*, aliado ao crescimento do capital financeiro modificou as condições de reprodução do capital. Num quadro de crise, na década de setenta, a retomada da hegemonia norte-americana será feita através do aumento da taxa de juros nos EUA o que afetou de maneira decisiva as condições de crescimento dos países da América Latina, que se envolveram em enormes dívidas. Diante dessa conjuntura, a extração da mais-valia foi feita, na década de oitenta através de mais-valia absoluta, pois as barreiras alfandegárias e de movimentação do capital financeiro ainda não

tinham sido quebradas, ao contrario do que acontecia anteriormente.

A queda do muro de Berlim irá simbolizar a ascensão teoricamente definitiva do capitalismo no mundo. Através do Consenso de Washington os países desenvolvidos impuseram aos países subdesenvolvidos a abertura de suas economias. Os investimentos no mercado mundial passaram a ser feitos naqueles países que se adequavam as regras liberalizantes na economia. Além disso, boa parte dos países do mundo ficaram excluídos do circuito do investimento, hierarquizando as relações entre os países.

A introdução das novas técnicas produtivas foi disseminada pela economia a partir da regras de liberalização da economia. A ideologia neoliberal será encarregada de justificar perante a sociedade as mudanças na forma da produção. Isso contará com o apoio de boa parte da população desses países, pois tendo passado por uma baixa taxa de crescimento na década de oitenta o aceno neoliberal de melhoria e crescimento passou a ser aceito com facilidade pelas populações dos países subdesenvolvidos. A ideologia neoliberal tanto sob o ponto de vista econômico quanto político serviu plenamente ao capital que teve facilidade em operar seu receiptuário. Se no passado eram inimagináveis privatizações no Brasil, as condições materiais nos quadros do capitalismo nas décadas de setenta a noventa tornaram fáceis a proliferação dos ideais neoliberais.

As novas técnicas foram largamente difundidas na década de noventa, no entanto não se pode concluir, dada a heterogeneidade da indústria brasileira, que elas foram aplicadas em todas os setores. Tivemos a oportunidade de mostrar que os setores mais capitalizados e com melhores condições tecnológicas implantaram as novas técnicas, no entanto os setores mais tradicionais não o fizeram. Os princípios neoliberais foram hegemônicos sob o ponto de vista ideológico, mas em se tratando da gestão empresarial isso não ocorreu. Alguns setores modificaram sua gestão e outros não. A hipótese por nós levantada no início de nosso escrito verifica-se em parte. A formação do novo trabalhador ocorre sobretudo nos setores modernos da economia, a introdução de novas técnicas exigem as

novas características de trabalho em equipe e de um trabalhador que coopere com a empresa.

COTRIM JUNIOR, José Décio. The modifications in the material base and the worker. *Facep Pesquisa*. Franca, v.5, n.2, p.33-72, 2002.

▪ *ABSTRACT: The modifications that were introduced in the material production of the society are bonded in its values and ideas. The crisis that the capitalism has been going through since the middle of seventies needed modifications in the management which are connected with the newliberal ideal. The increase of competitiveness among the undertakings (based in ideas of newliberalism) brought about modifications in the undertaking management as a form of reply to the new structure conditions of the capitalism.*

• *KEY WORDS: ideology, welfare state, newliberalism, management, work.*

Referências Bibliográficas

AKTOUF, O. *A administração entre a tradição e a renovação*. São Paulo: Atlas, 1996.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

CHESNAIS, F. (org.) *A mundialização financeira*; gênese, custos e riscos. Trad. Carmem Cristina Cacciaccaro, Luís Leiria, Silvana Foá e Valéria Coelho da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAVENATO, I. *Os novos paradigmas*; como as mudanças estão mexendo com as empresas. São Paulo: Atlas, 1996.

COGGIOLA, O. Globalização e alternativa socialista. In: ____ *et alii*. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

COTRIM JR. J.D. *et alii*. *Flexibilização de empresas através da implantação do sistema Just in Time*. Monografia apresentada a

FAAP/CENAP/PLANORTH, para obtenção do título de Pós-graduação em Administração Geral, S.J Rio Preto, 1997

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papirus, 1995.

FERREIRA, A, REIS, A. C. F., PEREIRA, M. I. *Gestão empresarial: de Taylor a nossos dias*; evolução e tendências da moderna administração de empresas. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HAMPREY, J. O impacto das técnicas 'japonesas' de administração sobre o trabalho industrial no Brasil. In: CASTRO, N. A. (org.). *A máquina e o equilibrista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HARVEY, D. *Condição pós - moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.

HUNT, E. K. & SHERMAN, H. J. *História do pensamento econômico*. Trad. Jaime Larry Benchimol. 19.ed. Petrópolis, Vozes: 1999.

INDICADORES de qualidade e produtividade na indústria brasileira. Rio de Janeiro - Brasília, BNDES - CNI - SEBRAE, 1998.

INVESTIMENTOS na indústria brasileira - 1995/1999; características e determinantes. Rio de Janeiro: CNI-DEC, 1997.

ISO 9000 como instrumento de competitividade: a experiência brasileira. Rio de Janeiro, CNI- DAMPI, 1996.

LASKI, H. J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. Trad. Regina Lúcia F. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LEITE, E. M. Renovação tecnológica e qualificação do trabalho: efeitos e expectativas. In: CASTRO, N. A. (org.). *A máquina e o equilibrista*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LEITE, M. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. In: Oliveira, C. A. et al. (orgs). *O mundo do trabalho*, Campinas, Cesit/Unicamp/Scritta, 1994. p.563. (Apud TEIXEIRA, F. J. S., OLIVEIRA, M. A. O., *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*; as novas determinações do mundo do trabalho, p.131).

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*; e outros escritos. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANDEL, E. *A crise do capital*; os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARCONDES FILHO, C. *Ideologia*. São Paulo: Global, 1997.

MARX, K. *O capital*; crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 10. ed. São Paulo: Difel, 1985. (Livro 1: O processo de produção do capital)

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 1989.

MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, F. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PEREIRA Filho, Arthur. Indústria corta investimentos e pessoal. *Folha de S. Paulo*, 29.10.98, Caderno Dinheiro, p. 2.

QUEIROZ, J. B. As origens e conseqüências da terceirização. In: TEIXEIRA, F. J. S. (org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1998. p.145.

PASTORE, José. *Tecnologia e emprego*. Brasília, CNI, 1998.

POCHMANN, M. *O trabalho sob o fogo cruzado*. São Paulo, Contexto, 1999.

SADER, E., GENTILI, P. (org.) *Pós-Neoliberalismo*; as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SKALIR, L. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SHINGO, S. *Sistemas de produção com estoque zero*; o sistema Shingo para melhorias contínuas. Trad. Lia W. Mendes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *O sistema Toyota de produção*; do ponto de vista da engenharia de produção. Trad. Eduardo Schaan. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. Trad. Norberto de Paulo Lima. São Paulo: Hemus, 1981.

TAVARES, M. C., A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro*; uma economia política da globalização. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro*; uma economia política da globalização. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C., MELIN, L. E. A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro*; uma economia política da globalização. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, F. J. S. *Economia e filosofia no pensamento político moderno*. Campinas, SP: Pontes, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1995.

TEIXEIRA, F. J. S., OLIVEIRA, M. A. (org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TRAGTEMBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Ática, 1980.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.